

EMENDA DE PLENÁRIO

PROJETO DE LEI Nº 1.536, DE 2024 (APENSO O PL Nº 1.630, DE 2024)

Concede anistia ao pagamento das parcelas mensais de crédito de custeio adquiridos em 2024 pelos produtores rurais do Estado do Rio Grande do Sul para pagamentos até dezembro de 2024; suspende o pagamento das parcelas mensais de crédito de investimento e de comercialização adquiridos em 2024 pelos produtores rurais do Estado do Rio Grande do Sul pelo prazo de 2 (dois) anos; cria linha de crédito para catástrofes naturais; regulamenta o seguro de renda mínima ao produtor rural atingido por catástrofe.

TEXTO DA EMENDA

Acrescente-se o seguinte dispositivo ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.536, de 2024:

“**Art.** Os agricultores familiares, pescadores artesanais, aquicultores, silvicultores, povos indígenas e quilombolas, povos e comunidades tradicionais, de que trata o art. 3º da Lei nº 11.326, que desenvolvem suas atividades nos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul com estado de calamidade e emergência reconhecidos pelo Poder Público, farão jus à prorrogação das parcelas vincendas e vencidas em 2024 relativas a operações de investimento e de comercialização vinculadas, no âmbito do crédito rural, para vencimento 2 (dois) anos após o término da vigência do Decreto Legislativo nº 36 de 2024, observado as seguintes condições para pagamento:

I. Rebate proporcional à redução da renda em decorrência da situação de calamidade, limitada, em qualquer caso, a 70% (setenta por cento) da parcela prorrogada.

II. Cumulativamente, bônus adicional de 20% (vinte por cento) para os agricultores familiares inscritos no CAD-Único, assentados de reforma agrária, e cuja unidade familiar seja chefiada por mulher.

§ 1º. Sobre as parcelas prorrogadas não incidirá qualquer acréscimo relativo a multa, mora ou quaisquer outros encargos por inadimplemento ou honorários advocatícios.



§ 2º. Ficam suspensos, pelo prazo previsto no inciso I do caput, as execuções judiciais e processos administrativos de cobrança, e os respectivos prazos prescricionais referentes às parcelas prorrogadas.”

JUSTIFICATIVA

Esta Casa já aprovou várias medidas a partir da promulgação do Decreto Legislativo nº 36 de 2024, que reconheceu a ocorrência do estado de calamidade pública até 31 de dezembro de 2024, para apoiar o Estado do Rio Grande do Sul nesta catástrofe ambiental.

Até a data de 21 de maio de 2024, o governo do Estado já havia reconhecido, através do Decreto nº 57.626, que 78 municípios se encontravam em estado de calamidade pública e outros 340 em estado de emergência.

Dentre os setores atingidos, encontram-se os agricultores familiares que merecem uma atenção especial, uma vez que são os principais produtores de alimentos, destacando-se na produção de aves, suínos, fruticultura, arroz, feijão, dentre outros que compõem a cesta básica.

Ainda que importantes, a simples prorrogação do vencimento das dívidas dos agricultores familiares se mostram insuficientes, uma vez que a inadimplência deve aumentar em face da incapacidade de pagamento decorrente da redução da renda.

Pela presente emenda, propomos como medida excepcional a remissão das dívidas vencidas e vincendas até dezembro de 2024 dos agricultores situados nos municípios com estado de calamidade e rebate de até 70% sobre as dívidas dos agricultores familiares

Sala das Sessões, em 18 de junho de 2024.

MARCON
Deputado Federal PT/RS

BOHN GASS
Deputado Federal PT/RS

ODAIR CUNHA
Líder do PT





Emenda de Plenário a Projeto com Urgência (Do Sr. Marcon)

Concede anistia ao pagamento das parcelas mensais de crédito de custeio adquiridos em 2024 pelos produtores rurais do Estado do Rio Grande do Sul para pagamentos até dezembro de 2024; suspende o pagamento das parcelas mensais de crédito de investimento e de comercialização adquiridos em 2024 pelos produtores rurais do Estado do Rio Grande do Sul pelo prazo de 2 (dois) anos; cria linha de crédito para catástrofes naturais; regulamenta o seguro de renda mínima ao produtor rural atingido por catástrofe.

Assinaram eletronicamente o documento CD242636636900, nesta ordem:

- 1 Dep. Marcon (PT/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Bohn Gass (PT/RS)
- 3 Dep. Odair Cunha (PT/MG) - LÍDER do Bloco Federação Brasil da Esperança - Fe Brasil *-(p_113566)
- 4 Dep. Afonso Motta (PDT/RS) - LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD *-(P_112403)

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

